

## Sumário

Introdução.....	1
1. A Disciplina Jurídica da Inovação no Brasil .....	5
1.1 Aspectos gerais das políticas públicas de inovação .....	5
1.1.1 A relevância da inovação e a combinação de atores.....	7
1.1.2 A noção de política pública de inovação .....	8
1.1.3 Alguns modelos de política pública de inovação .....	10
1.2 Panorama da disciplina jurídica da inovação no Brasil .....	13
1.2.1 A disciplina constitucional e a EC 85/2015.....	14
1.2.2 Os diversos diplomas legais .....	17
1.3 A Lei Federal de Inovação.....	18
1.3.1 Aspectos gerais e o caráter multidisciplinar da Lei de Inovação ...	19
1.3.2. O conceito de inovação e outras noções relevantes.....	21
1.3.3 Objetivos .....	24
1.3.4 Os atores e as frentes de estímulo às atividades de inovação .....	25
1.4 Os instrumentos previstos na Lei de Inovação .....	27
1.4.1 Os instrumentos em vista da sua natureza jurídica.....	29
1.4.2 O recorte dos mecanismos contratuais .....	30
1.4.3 A escolha e a combinação de instrumentos.....	32
1.5 Conclusões parciais.....	35
2. A Classificação dos Módulos Convencionais da Administração.....	37
2.1 Breve panorama dos sistemas de licitação e contratos públicos.....	38
2.2 A ampliação da complexidade do fenômeno contratual da administração .....	39

2.3 A classificação dos módulos convencionais .....	42
2.3.1 Os módulos convencionais de cooperação .....	43
2.3.2 Os módulos convencionais de concessão.....	52
2.3.3 Os módulos convencionais instrumentais.....	52
2.4 Módulos convencionais e os instrumentos de inovação .....	54
2.4.1 Módulos convencionais instrumentais e poder de compra do Estado .....	54
2.4.2 Os módulos convencionais de cooperação para a inovação.....	56
2.4.3 Módulos convencionais de concessão e o estímulo à inovação .....	61
2.5 Conclusões parciais .....	62
3. Transferência de Tecnologia .....	65
3.1 Aspectos gerais da transferência de tecnologia.....	65
3.1.1 Transferência de tecnologia como finalidade e como instrumento .....	65
3.1.2 Diferentes abordagens sobre os contratos de transferência de tecnologia .....	67
3.1.3 O estímulo à inovação com o suprimento de tecnologias ao setor produtivo .....	69
3.1.4 Os contratos públicos do art. 6º da Lei de Inovação.....	71
3.2 Contrato de fornecimento de tecnologia .....	73
3.2.1 As obrigações no contrato de transferência de tecnologia.....	75
3.2.2 A obrigação legal de comunicar as experiências.....	76
3.2.3 A contrapartida do receptor .....	77
3.2.4 A opção sobre a exclusividade .....	78
3.2.5 A comunicação de aprimoramentos.....	79
3.3 Contrato de licenciamento de uso de criação protegida.....	80
3.3.1 O licenciamento pelas ICTs.....	81

3.3.2 As condições de uso da licença.....	82
3.3.3 A obrigação de exploração da criação protegida .....	83
3.3.4 A contrapartida da licença: royalties e outras modalidades.....	85
3.3.5 A cessão de direitos em face do licenciamento.....	87
3.4 A dispensa de licitação para contratações de transferência de tecnologia.....	89
3.4.1 As contratações sem exclusividade .....	91
3.4.2 As contratações com exclusividade.....	92
3.4.3 Dispensa da oferta pública em caso de desenvolvimento conjunto .....	94
3.5 Conclusões parciais.....	94
4. Acordo de Parceria.....	97
4.1 A função de conjugar esforços para compartilhar o risco .....	97
4.2 A configuração de joint venture cooperativa .....	99
4.3 A natureza jurídica do acordo de parceria .....	100
4.4 A seleção do parceiro.....	104
4.5 A negociação do plano de trabalho .....	107
4.6 O aporte de recursos e bens pelos parceiros.....	109
4.7 O financiamento associado ao acordo de parceria.....	110
4.7.1 As modalidades de financiamento na Lei do FNDTC.....	111
4.7.2 O financiamento como instrumento de política pública de inovação .....	112
4.8 A definição da titularidade da propriedade intelectual e a exploração dos resultados.....	116
4.9 O direito à exploração e licenciamento.....	120
4.10 A atribuição ao privado dos direitos de propriedade intelectual e a exploração efetiva.....	122

4.11 Conclusões parciais.....	124
5. Encomenda Tecnológica.....	125
5.1 A estratégia subjacente à encomenda tecnológica .....	126
5.1.1 Configuração de instrumento de política pública mission-oriented.....	127
5.1.2 A compensação do risco tecnológico pela via contratual .....	129
5.2 Breve nota sobre figuras assemelhadas do direito estrangeiro .....	131
5.2.1 A disciplina do Federal Acquisition Regulation – FAR .....	131
5.2.2 Os modelos contratuais desenvolvidos na União Europeia .....	132
5.2.2.1 Pre-Commercial Procurements – PCP .....	133
5.2.2.2 Public Procurement for Innovation – PPI.....	135
5.2.2.3 Sobreposição e complementaridade da PCP e PPI.....	137
5.3 a configuração jurídica da encomenda tecnológica .....	138
5.3.1 A contratação de atividades de pesquisa e desenvolvimento e a opção de compra.....	138
5.3.2 O risco tecnológico.....	140
5.3.3 Problema técnico específico ou produto, serviço ou processo inovador .....	143
5.3.4 Síntese sobre a configuração jurídica da encomenda tecnológica.....	147
5.4 Elementos opcionais na configuração da encomenda tecnológica ....	148
5.4.1 Pluralidade de contratos – formatações viáveis e o modelo “funil” .....	149
5.4.1.1 O desenvolvimento de alternativas: modelo funil.....	149
5.4.1.2 A execução de partes de um mesmo objeto.....	151
5.4.2 A opção de compra do resultado da encomenda .....	151

5.4.3 A distribuição e exploração de direitos de propriedade intelectual .....	153
5.4.4 A transferência de tecnologia.....	156
5.5 A disciplina de contratação de encomenda tecnológica .....	157
5.5.1 A redação original da Lei de Inovação .....	157
5.5.2 As autorizações legais para a contratação direta .....	159
5.5.2.1 A hipótese do art. 24, inc. XXXI, da Lei 8.666/1993.....	159
5.5.2.2 A alusão à contratação direta no caput do art. 20 da Lei de Inovação .....	162
5.5.2.3 O § 4º do art. 20 da Lei de Inovação .....	162
5.5.3 O procedimento de contratação da etapa de pesquisa e desenvolvimento .....	163
5.5.3.1 A descrição das necessidades em termos funcionais .....	163
5.5.3.2 A definição do objeto da encomenda e consulta aos potenciais contratados .....	164
5.5.3.3 O comitê técnico de especialistas .....	166
5.5.3.4 A negociação.....	167
5.5.3.5 O critério de escolha do(s) contratado(s).....	170
5.5.4 A regulamentação da contratação direta do fornecimento do resultado .....	172
5.5.5 Síntese: a contratação da encomenda tecnológica .....	173
5.6 A disciplina de remuneração .....	173
5.6.1 O § 3º do art. 20: redação original e alteração pela Lei 13.243/2016 .....	174
5.6.2 As modalidades de remuneração .....	175
5.6.3 Os elementos para a escolha da modalidade de remuneração.....	176
5.6.4 A adoção de diferentes modalidades em cada etapa da encomenda .....	180

5.6.5 Os contratos no regime de preço fixo.....	181
5.6.5.1 Preço fixo sem remuneração adicional .....	181
5.6.5.2 Preço fixo mais remuneração variável de incentivo.....	182
5.6.5.3 A modificação do preço fixo.....	183
5.6.6 Remuneração por reembolso de custos: aspectos gerais e modalidades específicas .....	186
5.6.6.1 Os pressupostos de cabimento do regime de reembolso de custos.....	186
5.6.6.2 As diretrizes do regime de reembolso de custos .....	186
5.6.6.3 Reembolso de custos sem remuneração adicional .....	187
5.6.6.4 Reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo.....	188
5.6.6.5 Reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo....	189
5.6.7 Síntese sobre a disciplina de remuneração na encomenda tecnológica.....	189
5.7 A extinção do contrato de encomenda tecnológica.....	191
5.7.1 A extinção pela obtenção de resultados .....	191
5.7.2 Extinção por inviabilidade técnica ou econômica .....	193
5.7.3 O decurso do prazo contratual .....	194
5.8 Conclusões parciais.....	195
Considerações Finais .....	197
Referências .....	201